

REALIDADE QUE ATINGE MAIS OS 56% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As instituições são cúmplices do governo que agrava a situação da maioria negra do país

INSEGURANÇA ALIMENTAR

GENOCÍDIO

POLÍCIA MILITARIZADA

DESEMPREGO ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

QUESTÃO NEGRA

20 de novembro, nas ruas!

pág.2

LUTA DE CLASSE

O que passou na Plenária da CUT?

pág.6

NACIONAL

CPI aprova relatório. E agora?

pág.8

INTERNACIONAL

Greve geral paralisa Haiti por três dias

pág.11

20 de Novembro é dia de resistência

O dia da Consciência Negra, em memória da morte de Zumbi dos Palmares (1695)

No ano passado, as vésperas do 20 de novembro, na cidade de Porto Alegre (RS), João Alberto Silveira Freitas, o Beto, foi espancado de forma brutal e covarde até sua morte no supermercado Carrefour. Com uma única justificativa: ele era negro! Além disso, 2020 foi um ano atravessado por grandes mobilizações das questões raciais em todo o mundo, como o caso de George Floyd nos EUA ou do menino Miguel aqui no Brasil. E em 2021 as consequências do racismo continuam impactando a vida da população negra em suas diversas facetas. E a retomada das ruas, destacando os atos nacionais no 13 de maio após a chacina do Jacarezinho, demonstra nossa disposição para a luta pelos nossos direitos e que temos muito caminho a trilhar ainda, pois os ataques de todos os lados não cessam.

Durante a pandemia do Covid-19 diversos estudos trouxeram à luz as consequências da situação que a população negra vive cotidianamente. Ela é mais afetada que a população branca, mesmo em bairros em que a maioria é branca. Pesquisas apresentadas no relatório final da CPI da Pandemia demonstram esses números e, para Jurema Werneck, especialista da Anistia Internacional ouvida pela CPI, a maior incidência de vítimas entre os negros é efeito da falta de assistência e reflete



Rio de Janeiro, maio de 2021, manifestação contra a chacina do Jacarezinho

a desigualdade social no país.

Pandemia escancarou a desigualdade

Com a pandemia e o governo genocida veio agravamento da fome e diversas outras consequências para o povo. Em 2018 os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostravam que as famílias negras e lideradas apenas por mulheres eram as mais impactadas com o risco da insegurança alimentar. Naquele ano o Brasil já

apresentava o pior nível de segurança alimentar desde 2004, e agora chegamos ao nível de ossos e carcaças de peixe sendo vendidos em mercados, famílias disputando as ossadas dos açougues. A pauperização de nosso povo só aumenta.

E um dentre os fatores que justifica esse impacto na população negra é a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, que já é histórica e se agravou com a crise que estamos vivendo. Segundo dados do IBGE e do Ministério da Economia os pretos e pardos, que representam

mais da metade da população do país (56,8%), foram os mais prejudicados pelos efeitos da crise no mercado de trabalho, sobretudo os pretos. Os dados indicam que o desemprego aumentou mais entre os pretos (17%) do que entre os brancos (10%), que estão abaixo da média nacional (13%). O nível da ocupação entre os pretos ficou ainda menor que o dos brancos e a queda da taxa de ocupação entre os pretos foi mais intensa que entre os demais.

As milhares de vidas negras perdidas durante a pandemia (não apenas por conta do Covid-19) reascendem o debate sobre o papel da letalidade da polícia e a sua necessária desmilitarização. A maior preocupação das instituições em manter a chamada ordem social no lugar de defender o direito de uma vida digna, opera na linha do avanço do genocídio do povo negro. Sem contar que o número de subnotificações em casos de assassinatos de jovens negros ainda é algo que precisamos superar, como indicam os últimos anuários divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nesse próximo 20 de Novembro, dia de resistência e luta, estaremos nas ruas com o Movimento Negro defendendo os direitos e, por isso, na luta por Fora Bolsonaro.

Joelson Souza

Sonho da universidade fica mais longe

Jovens negros são os mais atingidos pelo abismo entre ricos e pobres

Dados recentes das principais provas para acesso ao ensino superior no país (Enem, Fuvest e Unicamp) demonstram que a pandemia aprofundou a desigualdade social, e na juventude aumentou o abismo entre os estudantes mais pobres em relação aos mais ricos. Este abismo, protagonizado por estudantes pretos e pardos de escolas públicas, teve como combustível as milhares de escolas fechadas durante a pandemia, ao passo que os governos não desenvolveram qualquer planejamento e medidas necessárias para que as aulas presenciais fossem retomadas. O resultado? Aumento da evasão escolar e diminuição vertiginosa de inscritos para prestar vestibular em 2022.

Ensino mais elitista e excludente

A redução de candidatos no Enem foi de 31% no geral, e 51% dessas desistências são de negros. Os estudantes sem aulas e com dificuldades de acompanhar remotamente,

sem poder se preparar para prestar o vestibular, desistem das provas. Alguns, que ainda mantêm esperanças de conseguir estudar em 2022, acabam por ter que jogar para o ano que vem o sonho de entrar na universidade. Já outros em condições de vida piores, simplesmente desistem de estudar e de ingressar no ensino superior. Claudia Costin, diretora geral do Centro de Excelência e Inovação de Políticas Educacionais da FGV, ao analisar o cenário nacional afirma que "teremos o ensino superior mais elitista e excludente dos últimos anos". A responsabilidade deste cenário é de todos os governos, principalmente de Bolsonaro, quando negligenciaram o direito à educação à juventude e se aproveitaram da pandemia para cortar recursos no orçamento afetando bolsas, merendas, transporte, etc.

O Enem de 2020 foi o de maior abstenção da história. Abandonados pelo governo, milhares não se arriscaram indo às provas. Para que

esses estudantes, que não conseguiram fazer a prova em 2020, fizessem em 2021, o STF foi acionado e obrigou o Ministério da Educação a garantir isenção da taxa de inscrição para os ausentes de 2020. Mesmo com essa medida, que tinha como objetivo garantir a presença dos estudantes no Enem, o exame que tinha 3,1 milhões de participantes confirmados, até o momento, teve queda de 53% ao se comparar com o de 2020. Ao analisar a queda de inscritos, confirma-se uma tendência ligada à realidade nacional: a maior taxa de desistência é de negros e pardos. A diminuição nacional é de 52%. Ao se comparar com 2020, que tinha cerca de 3,4 milhões de jovens negros, em 2021 o Enem terá apenas 1,6 milhões.

Direito se defende

A cada ano o número de inscrições no Enem vem decrescendo. Com esta queda, a juventude preta e pobre vai ficando cada vez mais distante do

ensino superior.

Com o governo Bolsonaro a situação piorou ainda mais, principalmente, durante a pandemia. Essa situação vem também acompanhada da ação violenta das polícias, especialmente a militar, que fez crescer o assassinato de jovens negros.

Especialistas afirmam que será preciso um longo trabalho, que o MEC precisará protagonizar com um plano de ação nacional. Porém, hoje é nítido que o plano desse governo é destruir a educação, os direitos e o futuro da juventude brasileira.

Frente a essa situação, fruto de um sistema podre e de governantes a seu serviço, o caminho é seguir organizando as lutas nas ruas.

A luta para exigir a reabertura de escolas com mais bolsas, transporte e outras medidas que garantam aulas presenciais é necessária para enfrentar tamanha desigualdade que se instalou no país.

Jeffei

Podres poderes, cada vez mais podres

“Se houver repetição do que foi feito em 2018, o registro será cassado e as pessoas que assim o fizerem irão para a cadeia por atentarem contra as eleições e contra a democracia no Brasil”. Com esta frase, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, expôs de maneira cristalina o que representam as atuais instituições.

A frase foi dita depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 28 de outubro, votou unânime (7 a 0) contra a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão. É como se dissesse a um assassino: não assassine de novo, se não terá consequências, hein? Eis o explícito conluio com este governo que ajudaram a emergir.

A cada dia se sente o odor fétido exalado pelo apodrecimento das instituições. A aprovação em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados, na noite de 3 de novembro, da PEC dos Precatórios é só mais um exemplo. Dane-se que calotes serão dados, dane-se que programas sociais consolidados, como o Bolsa Família, sejam destruídos. Dane-se que a proposta do Auxílio Brasil vai excluir 22 milhões de brasileiros. O que importa é que os deputados do Congresso – eleitos em regras herdadas da ditadura e, por isso mesmo, majoritariamente representante das oligarquias – tenham garantido seu direito a saquear o dinheiro público.

O que importa se o povo passa fome? A

ponto de uma cadeia de supermercados (Extra, SP) discriminar compradores em bairros pobres, impedindo-os de levar a carne na bandeja até o caixa onde o pagamento é feito, como é padrão. Segundo funcionários, porque “teria crescido o número de furtos famélicos”. Uma situação que atinge em cheio a maioria negra, 56% da população brasileira. Até código de alarme foi criado (loja Zara, Fortaleza), para prevenir quando entra um consumidor ou consumidora negra!

Sim, cresce o número de famélicos que

POR UNANIMIDADE TSE JULGA A FAVOR DE BOLSONARO

disputam ossos e carcaças, que são discriminados porque passam fome, porque são negros. Com o atual governo e sua política – apoiada pelo pessoal que se diz terceira via, entre Bolsonaro e Lula – só os espera uma situação cada vez pior.

Até quando tal degradação na vida do povo será suportada?

A depender das atuais instituições, até que as condições se reúnam para trocar seis por meia dúzia nas eleições de 2022. E, enquanto

estão neste “compasso de espera”, deleitam-se, como a grande mídia, em criticar e debochar do “desempenho” de Bolsonaro (feito sob medida para sua torcida brasileira) no G20, onde estavam os governos que, com mais elegância, desenvolvem a mesma política de jogar nas costas do povo trabalhador o preço da crise do sistema capitalista, agravada pela pandemia.

O desastre humanitário e social provocado por este sistema, além da ameaça do desastre climático, já é uma realidade. E em cada país é aprofundado com a alta de preços de combustíveis e gêneros alimentícios. O Equador foi sacudido por uma mobilização contra a alta dos combustíveis. No Haiti, uma greve geral parou o país por três dias (ver páginas 10 e 11).

Aqui a fórmula Bolsonaro + Instituições + Mídia uma hora terá que ser detonada. Este é o objetivo da discussão aberta pelo Diálogo e Ação Petista com o ciclo de debates sobre a Constituinte, uma perspectiva que vai depender da ação direta das massas, que devemos ajudar a preparar.

Final, com tudo que ocorreu depois de 13 anos de governo do PT, é cristalino, como a votação do TSE, que estas instituições, se preservadas, estarão de botuca para solapar qualquer coisa que contrarie o interesse do capital.

NOTAS

Direito à vida

Quem mora em área nobre de São Paulo vive 23 anos a mais que morador da periferia. Em Alto de Pinheiros, área nobre da capital paulista, a idade média ao morrer foi de 80,9 anos em 2020. A quase 40 km de distância, em Cidade Tiradentes, bairro da periferia da zona leste, não se chega nem à faixa da terceira idade: a idade média foi de 58,3 anos. O Mapa da Desigualdade, levantamento feito pela Rede Nossa São Paulo, mostra que, com relação à idade média ao morrer, 42 dos 96 distritos estão abaixo da taxa geral da cidade, que é de 68,2 anos. O precário acesso à água, ao saneamento básico, à saúde, à alimentação e a violência - incluindo a da polícia - são as principais causas da trágica realidade.

Mortalidade infantil

A mortalidade infantil vinha caindo ano a ano no Brasil desde 1990. Mas boletim especial do Ministério da Saúde com registros até 2019 (último ano com dado disponível) aponta que a taxa aumentou naquele ano, estacionando o país no índice de 2015. Em 2019, foram 13,3 mortes por mil nascidos vivos no Brasil, alta em comparação

ao ano anterior: em 2018, essa taxa ficou em 13,1. A taxa é exatamente a mesma registrada quatro anos antes. A diminuição da cobertura vacinal e de atenção à gestante e crianças, com os cortes na saúde e nos programas sociais, combinados com o aumento da pobreza dos últimos anos, são os principais causadores desse cenário.

Discriminação na Zara

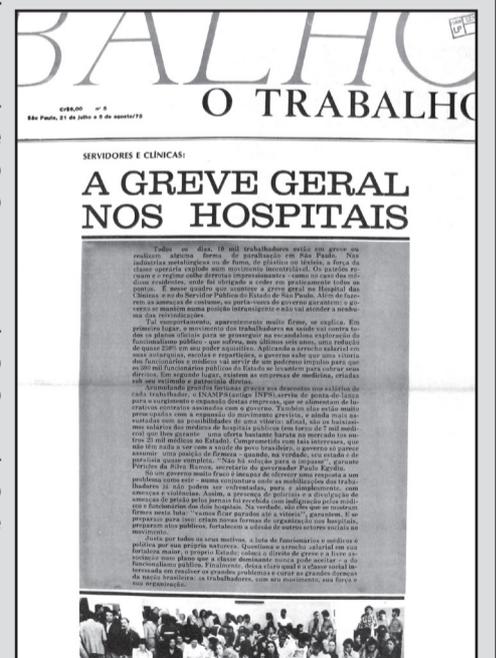
Investigação realizada pela Polícia Civil do Ceará mostra que a loja Zara em Fortaleza mantinha práticas de discriminação contra pessoas negras e de trajas "simples" que entrassem no estabelecimento. Segundo Sérgio Pereira, delegado, foi criado um código secreto, "Zara zerou", que era reproduzido pelos alto-falantes para alertar funcionários sobre a presença de um cliente que possuísse tais características. Testemunhas que trabalharam no local alegam que eram orientadas a identificar essas pessoas com estereótipos 'fora do padrão' da loja. A partir dali, ela era tratada como uma 'pessoa nociva'. A apuração começou com o caso da delegada Ana Paula Barroso, que é negra e foi proibida de entrar na loja em setembro. Com base no incidente, entidades do movimento negro acionaram a Justiça do Ceará contra a Zara.

Memória

ATO CONTRA O RACISMO REÚNE 2 MIL EM SÃO PAULO

O assassinato de um trabalhador negro, depois de violentas torturas, no 44º Distrito Policial [São Paulo], e a proibição a dois atletas negros de frequentarem o Clube de Regatas Tietê desencadearam uma manifestação de repúdio, através de um ato público realizado no último dia 7, na Praça Ramos de Azevedo, contando com a presença de quase duas mil pessoas. O ato foi convocado por sete entidades que constituem o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. Vários oradores ressaltaram a importância que adquiria o movimento (...). O manifesto elaborado para o ato, lido em coro, dizia: “Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro. Um passo foi dado na luta contra o racismo”.

O Trabalho nº 5 - 21/7/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Aos encontros setoriais de Combate ao Racismo do PT

Publicamos abaixo trechos da contribuição do Diálogo e Ação Petista

“Somos um país onde 55% da população é negra, sendo que a totalidade da classe dominante é branca, assim como a grande maioria da pequena burguesia e da classe média. Por outro lado, a maioria daqueles que produzem a riqueza, sem se beneficiarem dela, é negra. Portanto, qualquer debate que parta da concepção de uma sociedade dividida em classes terá que levar em conta a dimensão racial, assim como, qualquer discussão sobre a questão racial precisa se dar a partir da dimensão de classe. Pobre e negro, no Brasil são sinônimos. Não por acaso o incômodo manifestado pelos setores conservadores com a políticas de inclusão social dos governos petistas é carregado de racismo. A direita sabe a cor da maioria da classe trabalhadora que explora, despreza e teme.

O PT é o partido do Brasil que mais avançou na questão racial, tanto nas reflexões e o que propõe a sociedade como, concretamente, no que realizou quando foi governo. Sabemos, contudo,

que nossas ações foram insuficientes para reverter a desigualdade histórica construída em 350 anos de escravidão e 133 de discriminação sistêmica. Deveríamos ter promovido, por exemplo, uma Constituinte, de maneira a garantir que as conquistas de inclusão social, assim como as políticas específicas de promoção da igualdade racial se tornassem permanentes. Por isso, para a população negra, pautar a necessidade de uma Constituinte nesse momento está na ordem do dia. Para que as demandas populares do povo negro sejam atendidas em sua plenitude, e significa coragem para fazer as coisas que nos 13 anos não foram feitas, como a reforma agrária, dentre outras (...).

A situação da população negra, que já era ruim, piorou enormemente a partir do golpe de 2016 e chegou a níveis insuportáveis no governo francamente racista de Jair Bolsonaro, resultado do seu ataque a todas as políticas públicas de promoção da igualdade racial e o

comportamento genocida no enfrentamento a pandemia.

É a partir do entendimento dessa realidade que o DAP apresenta para discussão no processo de eleição dos setoriais de combate ao racismo, em nível municipal, estadual e nacional as seguintes propostas, no âmbito das ações do Partido e de sua organização partidária junto à sociedade (...).

[À Juventude] Essa juventude, em sua maioria negra, é a principal vítima da reforma trabalhista imposta pelo governo Temer, do desemprego e da precarização das relações de trabalho resultante do aprofundamento do projeto neoliberal. As centenas de rapazes e moças que são submetidos a jornadas exaustivas, acidentes cotidianos, relações informais de trabalho, salários aviltados e falta de qualquer segurança trabalhista, pois nem empregados são considerados, não são alcançados pelos sindicatos. Devemos cobrar do movimento sindical cutista (a única central realmente

comprometida com a classe) o desenvolvimento de iniciativas para integrar esses trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, enquanto setorial do Partido também devemos fazer a nossa parte e amadurecer estratégias para dialogar e oferecer espaço para esses trabalhadores e trabalhadoras jovens (a maioria negra) na vida interna partidária (...).

Entre as propostas que o texto apresenta estão: “Defesa da democracia antirracista, com a promoção da igualdade racial e o desenvolvimento integral da população negra; Defesa de uma Constituinte Soberana que atenda todas as demandas de nosso povo negro; Emprego formal e bem remunerado, com equidade salarial entre negros e brancos; Políticas públicas que priorizem a população negra, em especial as mulheres negras; Defesa do Estado laico e da liberdade religiosa; Desmilitarização das PMs, reorientação das forças de segurança a partir de uma perspectiva não racista e fim dos “autos de resistência”.

Batalha por candidatura do PT ao governo do Ceará

Movimento PT Lá, PT Cá questiona acordo eleitoral com os Ferreira Gomes

O PT está atrelado a uma aliança eleitoral com o PDT, da família Ferreira Gomes (do eterno presidente Ciro Gomes), desde 2006. São 15 anos de um acordo em que o partido se coloca como elemento submisso às necessidades eleitorais da família. A subordinação do PT tem sido, inclusive, um entrave ao crescimento partidário em importantes municípios do estado, inclusive Sobral (terra dos Ferreira Gomes) onde, no âmbito da aliança, o PT tem participado continuamente da prefeitura, inclusive elegendo o prefeito, mas tem progressivamente desaparecido do horizonte político.

Hoje o governador Camilo Santana exerce o segundo mandato, desde que foi indicado pelos Ferreira Gomes para disputar o governo em 2014, mesmo sendo na época um deputado do PT. Naquele momento, o Diretório Estadual do PT tão somente homologou a escolha da família. Desde então, o governador vem sendo um importante ponto de apoio para o pedetismo local. Ele, por exemplo, jamais apoiou uma candidatura majoritária do PT em escala nacional ou em Fortaleza. Nas disputas pela prefeitura da capital tem sistematicamente apoiado o PDT contra os postulantes do PT e,

em 2018, foi de Ciro Gomes no 1º turno, tendo apoiado Haddad apenas no 2º.

Um processo que alija a base

É um quadro semelhante o que se desenha para 2022. A imprensa fala de uma chapa em que o PDT indicaria candidato a governador e o PT a Senador (Camilo). No partido não há nenhuma discussão organizada. O Diretório Estadual não se reúne há quase 2 anos, mas as tratativas estão avançadas. A militância petista não tem voz neste processo.

Foi neste cenário que dirigentes, parlamentares e correntes do PT iniciaram um movimento interno ao partido, quem vem sendo chamado de PT Lá, PT Cá, que batalha por uma candidatura própria ao Governo estadual em 2022. O movimento levanta ao mesmo tempo a necessidade de dar voz à militância e defende que as instâncias abram o debate sobre o tema já que, de sua parte, a direção majoritária não pede licença a ninguém para tocar as negociações com os Ferreira Gomes.

Em 13 de outubro o movimento PT Lá, PT Cá realizou uma plenária na sede do partido, em Fortaleza, que mesmo com medidas de restrição sanitária, reuniu mais de



100 petistas de diferentes correntes, inclusive companheiras e companheiros da CNB. O tom foi a necessidade de afirmar a cara própria do PT e de, assim, assegurar que a campanha presidencial de Lula tenha um ponto de apoio no Ceará. O DAP enfatizou que não se trata apenas da necessidade de haver um candidato petista, mas de recuperar o terreno próprio do PT no estado, que vem se desfigurando na aliança subalterna

com os Ferreira Gomes. Ademais, com a proporção dos ataques ao PT e a Lula por parte de Ciro Gomes, seria incompreensível ao povo que o partido oferecesse palanque a ele no Ceará, como propõe o deputado Acrísio Sena, defensor da chamada “solução de dois palanques”.

O próximo passo será a realização de plenárias regionais pela candidatura própria do PT no Ceará.

Correspondente

AVANÇAR NA LUTA PARA DERRUBAR BOLSONARO

Grupos de base preparam o 20 de novembro e organizam debate sobre a Constituinte

Em reunião realizada em 25 de outubro, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista aprovou um Comunicado, dirigido aos grupos de base, no qual propõe uma linha de atuação para este final de ano: de um lado, aprofundar a luta pelo fim desse governo, preparando ativamente a participação nos atos convocados pelo movimento negro para 20 de novembro (Dia da Consciência Negra); de outro, desenvolver o ciclo de debates sobre a crise das instituições e a Constituinte Soberana, com base no caderno lançado no dia 9 de outubro.

Diz o Comunicado: “Os atos [de 20 de novembro] devem ser preparados com panfletagens em locais de trabalho, bairros operários, terminais, dialogando com a população sobre



os problemas concretos (alta dos preços dos alimentos, gás e energia, moradia, deterioração dos serviços públicos, reforma administrativa, privatizações). Tudo isso confluindo para a necessidade de por abaixo o governo Bolsonaro, seus generais e suas milícias”.

O DAP entende que a perspectiva política para sair da profunda crise que atravessamos

é a Assembleia Constituinte Soberana e Democrática. É este o debate que os grupos de base começam a desenvolver (ver matéria abaixo).

Constituinte em debate

O caderno sobre a Constituinte Soberana, lançado pelo DAP, teve sua edição de mil exemplares esgotada. A procura do caderno pelos grupos de base foi grande. E os debates começam a ser organizados.

Na capital paulista há uma agenda de debates nos grupos de base, alguns dos quais já realizados: Campo Limpo (01/11), Paulista (04/11), Guaianases (07/11), Moóca (08/11), Centro (10/11) e Penha (13/11). Outros debates devem ser marcados em breve, inclusive no interior do estado.

Em Alagoas, será realizada uma plenária no dia 10 de novembro, com a participação dos grupos de base de Maceió e Arapiraca, além de militantes de outras cidades. O debate terá a presença do companheiro Júlio Turra, do Comitê Nacional.

O comitê estadual do DAP do Ceará aprovou um roteiro de debates. O tema de abertura, no dia 8, será “O

que é a consigna da Constituinte? A experiência recente da América Latina”. O ciclo prossegue com debates sobre a Constituinte de 1988 e a luta pela Constituinte hoje.

O DAP de Minas Gerais está realizando várias reuniões de seus grupos de base, a maioria de forma presencial, e deve organizar debates ainda neste ano.

Debates regionais

Dando ênfase às atividades promovidas nos grupos de base, o Comitê Nacional decidiu também promover dois debates regionais sobre a Constituinte: um com os estados da região Nordeste e o outro no Sudeste.

Também foi decidido realizar, em dezembro, uma mesa redonda nacional. O Comitê Nacional elaborará a lista de convidados.

Diz o Comunicado do DAP: “O Comitê Nacional entende que é necessário oferecer uma perspectiva política para o que virá depois. E a saída política não está nas atuais instituições. Mesmo com todos os crimes revelados pela CPI da Pandemia, nem o Congresso nem o STF mostram qualquer disposição de condenar o presidente e seus ministros”.

Com estas instituições, não dá! Por isso a saída é a Constituinte Soberana, para dar a palavra ao povo.

Contribua com o DAP

A edição de mil exemplares do caderno do DAP sobre a Constituinte foi integralmente paga pelos grupos de base. É um exemplo de auto-sustentação financeira, como condição para manter a independência política.

“Agir como o PT agia”. Este lema é pra valer. Assim, contribua com o DAP (um cafezinho por mês) para manter e ampliar nossa atuação política.

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE (“UM CAFEZINHO POR MÊS”)

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de Paulo Farias
(CPF: 469.415.410-91)

Solidariedade à companheira Vanda

A companheira Vanda Pignato, militante histórica do PT, encontra-se sob prisão domiciliar em El Salvador, país onde reside há vários anos. Vanda é perseguida pelo governo de direita por ter feito parte do governo de esquerda. Além disso, ela enfrenta problemas de saúde.

O companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, do Comitê Nacional do DAP, está participando de iniciativas que buscam a liberdade de Vanda. Está sendo organizada uma ida à embaixada salvadorenha em Brasília.

O Comitê Nacional decidiu envolver-se na campanha, prestando solidariedade à companheira Vanda.

SOLIDARIEDADE AOS COMPANHEIROS DO HAITI

Os militantes do DAP responderam positivamente ao apelo dos companheiros haitianos aderentes ao Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI. O país foi devastado por terremotos e, muito mais, pela intervenção imperialista.

No dia 27 de outubro, o DAP depositou R\$ 4.425,66 para os companheiros, quantia obtida com a contribuição dos grupos de base.

É uma mostra do internacionalismo ativo do DAP, também aderente ao CILI.

APOIO AO MARISQUEIROS DE MANGUE SECO

O DAP de Pernambuco, em nota oficial, manifestou sua solidariedade à luta dos marisqueiros e pequenos comerciantes da praia de Mangue Seco, em Igarassu. Estes trabalhadores estão denunciando “abusos de poder econômico de construtoras e especuladores imobiliários”, diz a nota.

A nota denuncia a “apropriação de acessos públicos e construções inapropriadas em um patrimônio público que é a praia de Mangue Seco”. A depredação de “uma área estuarina importante (...) arruinará a fonte econômica de muitos pequenos comerciantes e marisqueiros que trabalham no local”.

A nota continua: “Apoiamos a luta pela paralisação e retirada das construções já iniciadas, que ferem o acesso e sangram o meio ambiente. Não há vantagens em privatizar a orla, demonstramos nossa disposição em ajudar o povo a se mobilizar e se organizar para exigirem que a prefeitura e o estado de Pernambuco assumam a infraestrutura da praia”.

CONSTRUINDO O DAP

Com a participação de 20 companheiras e companheiros das cidades mineiras de Cataguases, Ubá, Leopoldina e Muriaé, dos quais muitos sindicalistas e jovens, o DAP realizou uma reunião online, no dia 29 de outubro, discutindo a atual situação política, a crise das instituições, o poder do capital financeiro, os ataques aos direitos da classe trabalhadora e aos serviços públicos e o papel do DAP. O companheiro Gilson Lírio, do Comitê Nacional do DAP, fez a exposição inicial.

Após o debate, foi aprovada uma



agenda de mobilização e lutas: contra a Reforma Administrativa - PEC 32, contra o Regime de Recuperação Fiscal do governador Zema e panfletagens nos bairros, nas portas das fábricas, escolas, comércio e locais de trabalho, preparando os atos de 20 de novembro.

O que se passou na Plenária da CUT?

É preciso resgatar seus princípios de independência e luta de classes

Entre os dias 20 e 24 de outubro realizou-se a 16ª Plenária Nacional da CUT (Plencut). Os desafios eram grandes para a CUT assumir maior protagonismo na luta de classes, mas a forma virtual adotada prejudicou bastante a discussão.

Foram inscritos 950 delegadas e delegados eleitos nas plenárias estaduais, mas a média de presentes “na tela” oscilou entre 350 e 400, atingindo pouco mais de 600 nos momentos de votação.

Boa parte das emendas vindas dos estados e ramos sobre os temas Estratégia, Projeto Organizativo e Plano de Lutas foram adotadas por consenso.

Nos grupos de trabalho destacou-se a intervenção dos 43 delegados(as) dos agrupamentos “CUT Independente e de Luta” (CIL) e “CUT Pode Mais” (CPM) que atuaram em conjunto. No debate de conjuntura, tema que não foi a voto, eles destacaram a podridão das instituições, que deram seu aval ao golpe contra

Dilma e à prisão de Lula, apontando a necessidade de uma Constituinte soberana para reconstruir a nação destruída pela política do governo Bolsonaro.

As polêmicas centrais

Dois pontos polêmicos que foram a voto em plenário sintetizam a ameaça de diluição do caráter sindical, independente e de luta que pesa sobre a CUT.

No tema “Projeto Organizativo” uma emenda propunha a filiação à CUT de entidades religiosas, culturais, esportivas, de imigrantes como “fraternas” (sem direito a voz e voto). Na ânsia de superar a crise atual do sindicalismo, a corrente majoritária (Articulação Sindical) veio com essa novidade. Marcelo Carlini (CUT-RS) defendeu o artigo 1º dos estatutos da CUT, que a define como central sindical, bem como alianças com entidades populares na luta concreta, contra tal proposta. Já Miltoninho, dirigente identificado com a CSD,

defendeu que tais entidades deviam ter voz e voto.

A confusão se instalou, a discussão foi suspensa e retomada mais adiante com uma votação a favor e contra a filiação das “fraternas” (sem definir voz e voto). Cerca de 30% dos presentes apoiou a posição de Carlini (CIL), que obteve 180 votos. Como se trata de questão estatutária, ela depende do CONCURT de 2023 para ter efeito prático.

A outra questão foi a do Fórum das Centrais, que vem se comportando como “direção” por cima das instâncias da CUT, que recebem “pratos feitos” de acordos feitos com outras centrais – como a Força Sindical e UGT – como ocorreu nos atos virtuais de 1º Maio com a presença de FHC e outros inimigos da classe e em pautas entregues ao Congresso Nacional.

Uma resolução acordada na plenária do DE, condicionando a presença da CUT em tal Fórum à discussão prévia de propostas na executiva

e direção nacional, preservando a sua autonomia, foi defendida por Joãozinho (CIL) e Jandyra Uehara (AE), contra uma resolução alternativa, defendida pela ArtSind e CSD, com elogios ao Fórum, mas com conclusão similar. De novo houve cerca de 30% dos votos na proposta perdedora.

Em suma, o caráter sindical, independente e de luta da CUT continua ameaçado pela política da maioria de sua direção.

O que já estava colocado no CONCURT de 2019 e que esta Plencut não resolveu. Aliás, um dia depois do seu encerramento, o Fórum das Centrais aprontou de novo (ver matéria abaixo).

Sindicalistas da CIL e CPM fazem, em 6 de novembro, reunião de balanço da Plencut, na qual discutirão a continuidade da luta para preservar a CUT como instrumento de luta da classe trabalhadora.

Julio Turra

Consenso com patrões para desonerar a folha

Presidente da CUT assina nota com outras cinco centrais



Em 25 de outubro, um dia após o final da Plencut (ver acima), ocorreu um ato com 200 dirigentes sindicais no escritório do governo federal na Avenida Paulista.

No carro de som, uma faixa com os logos da CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT: “A desoneração da folha de pagamento salva empregos em 17 setores da economia”. (foto)

Não havia dirigentes da CUT no evento, repercutido no Jornal Nacional da Globo – parte interessada, pois goza dessa desoneração – com a chamada: “Em acordo com empresários, centrais sindicais pedem prorrogação da desoneração da folha”.

Dirigentes cutistas diziam nada saber do assunto. Mas, no dia 26, matéria paga de página inteira no “Estadão” trouxe nota oficial das seis centrais, encabeçada por Sérgio Nobre, presidente da CUT, na mesma linha do ato.

Como é possível?

Desde 2011, a CUT tomou posição contra a proposta, do então governo Dilma, de desonerar a folha de alguns setores da economia – o patrão deixa de pagar 20% sobre a folha para o INSS e passa a pagar de 1,5% a 2% do seu faturamento, com o Tesouro cobrindo a diferença – em troca de uma promessa de “garantia

do nível de emprego”, jamais cumprida. A própria Dilma arrependeu-se dessa iniciativa.

Em meio à luta nacional dos servidores contra a PEC 32 e em defesa dos serviços públicos, a CUT aparece associada à defesa da desoneração que sangra os cofres públicos com a lorota de “salvar empregos”. Sim, pois “nível de emprego” não é estabilidade (demite e contrata com salário menor, por exemplo).

Como é possível que a CUT vá a reboque da UGT e Força Sindical, que convocaram o ato a pedido de

empresários, um dia depois de sua Plenária ter adotado a resolução de que só posições discutidas em sua direção seriam levadas ao Fórum das Centrais?

“É contra o Bolsonaro, que quer acabar com a desoneração”, tentaram justificar alguns. Mas o fato é que, de novo, a CUT subordinou-se a acordos de cúpula com outras centrais, nesse caso em consenso com os patrões “desonerados” e contra sua própria base no funcionalismo.

JT

EMPREGO X VACINA

Não há dúvida que o ministro Onix “jogou para a galera” bolsonarista ao editar (01/11) portaria que proíbe demissões de não-vacinados. Afinal este governo nunca se preocupou com os trabalhadores.

No dia 2, nota de nove centrais sindicais respondeu ao ministro dizendo “a obrigatoriedade da vacinação se baseia na responsabilidade de cada um com o coletivo sendo, desta forma, uma ação democrática”. A grande mídia repercutiu essa posição e a questão já foi judicializada.

Seria tão simples e claro assim? Os sindicatos devem defender só os vacinados e apoiar a demissão dos não-vacinados?

No Brasil não há vacinação obrigatória. O que exige convencer as pessoas e os sindicatos devem ajudar nisso. O próprio STF, em decisão citada na nota das centrais, diz que a exigência de comprovante vacinal é constitucional, o que não é igual a demitir sumariamente os não-vacinados. Empresas privadas e órgãos públicos são responsáveis pela saúde nos locais de trabalho, logo se justifica a testagem e pedir comprovante. Mas não a demissão sumária por “justa causa” de não-vacinados. Em vários países da Europa, por exemplo, as centrais sindicais são contra usar o “passe vacina” para demitir ou atropelar o direito ao emprego.

Voltaremos ao tema.

Semanas decisivas da luta contra a PEC 32

Governo patina, mas não desiste

Com a aproximação do recesso do final de ano (22/12) na Câmara dos Deputados, as próximas semanas serão decisivas para a luta contra a PEC 32, da reforma administrativa, pois a possibilidade de votação em ano eleitoral é tida como remota por grande parte das entidades sindicais. A dificuldade de amearhar os 308 votos necessários tem diversos motivos: a resistência que cresce entre os servidores, o desgaste do governo que aumenta com a disparada do custo de vida, do desemprego e da fome e as promessas de emendas parlamentares não pagas.

Bolsonaro, durante o intervalo de entrevista tumultuada na Jovem Pan (26/11), sem saber que estava sendo transmitido, faz uma pergunta intrigante: “você sabem quanto vale uma vaga no STF?”. Avisado que estava ao vivo, ele tergiversou. Contudo o preço do voto de um deputado na PEC 32 é sabido, pois o governo ofereceu, segundo a imprensa, R\$ 20 milhões em emendas parlamentares para quem garantisse a digital

nos dois turnos. Mais de R\$ 6 bilhões ao total.

Contudo, sua base parlamentar está descontente, pois as promessas de liberações anteriores não foram cumpridas, ou só foram pagas para aliados de primeira hora. Este é um dos motivos que levam o governo a ter dificuldades na aprovação da matéria. Este problema já havia aparecido na tentativa de votação da PEC 23, conhecida como PEC dos precatórios, onde Bolsonaro e Guedes buscam limitar o valor de despesas anuais com dívidas do governo com sentenças judiciais definitivas. O objetivo do governo com isso é preservar o teto de gastos e abrir espaço no orçamento de 2022 para acomodar o pagamento dos R\$ 400,00 do Auxílio Brasil.

Nos bastidores da tramitação, a podridão

Se já não bastasse a reforma administrativa ser um duro golpe naqueles que dependem dos serviços públicos e nos servidores, os bastidores de

sua tramitação expõem a podridão da própria Câmara que criou um esquema institucional de compra de votos.

Sem transparência e pouco controle, as RP9, chamadas “emendas do relator”, utilizadas para reunir os votos para a PEC 32, são de livre utilização e controladas pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flavia Arruda (Secretaria de Governo) e por Arthur Lira, presidente da Câmara.

Para além de obras em currais eleitorais, as emendas parlamentares também são alvo de investigação na Polícia Federal de pelo menos três deputados e um senador envolvidos no “feirão de emendas”, em que os parlamentares pediam uma “comissão” para indicar recursos para prefeituras. Não são diferentes as denúncias do “tratoração” onde o governo liberou outros bilhões de reais em emendas, que agora são alvo de investigação de compras superfaturadas de tratores. Tudo para blindar o governo e tentar garantir uma maioria parlamentar.

Estes fatos somente reforçam a ideia de que é necessária uma reforma profunda nas instituições brasileiras, que foram moldadas para golpear o povo em troca de fatias do orçamento público.

PEC 32 tropeçou, mas não caiu

Toda a confusão e dificuldade do governo, contudo, não podem servir de motivo para que se acredite que a PEC 32 é página virada. A disposição venal dos deputados, a podridão das instituições e a necessidade do governo Bolsonaro em mostrar sua utilidade para o “mercado” seguem sendo as maiores ameaças na luta contra a PEC. Portanto, deve seguir a pressão nos aeroportos, as panfletagens e o diálogo com a população e a mobilização das bases das categorias, unindo campanhas salariais e lutas locais contra as reformas das previdências que ocorrem em diversos municípios, a fim de enterrarmos a reforma administrativa de vez. O governo patinou, mas não desistiu.

Marcelo Carlini

São Paulo: servidores em greve

Mobilização é contra reforma da previdência e em defesa dos direitos



Servidores municipais em greve fazem protesto em frente à Câmara Municipal

Os servidores municipais de São Paulo estão em greve desde o dia 19 de outubro. No centro o combate à reforma da previdência (Sampaprev 2) do Prefeito Ricardo Nunes (MDB), que quer taxar os aposentados em 14% e atacar as aposentadorias dos servidores com a aplicação da Emenda Constitucional 103 de Bolsonaro.

Os ataques vêm na esteira da linha de “passar a boiada”. De Bolsonaro/Guedes, que insistem na reforma administrativa - a resistência dos

servidores até aqui está segurando sua aprovação no Congresso - e do governo Dória (PSDB) que aprovou o PLC 26 na linha geral de retirada de direitos. Portanto nossa única saída é a resistência, o que se desenvolve na greve dos servidores municipais.

No Dia do Servidor, 28 de outubro, milhares de servidores municipais foram para a porta da Câmara em mais um ato contra o Sampaprev 2 e em vigília, pois o governo manteve na pauta o PL 652, que dá reajuste em gratificações, mas que ataca as

férias e as faltas abonadas. A pressão fez com que o governo recuasse, reduziu as faltas abonadas de 10 para 6, mas sem compensação de horas e as férias até o limite de licenças médicas de 6 meses não serão descontadas. Na 1ª votação a bancada do PT votou a favor do PL, o que causou indignação dos servidores (veja box). Na 2ª votação, votou contra.

O dia 28 marcou o Dia Nacional de Luta contra a PEC 32 (ver acima) com ato unificado na Praça da República, reunindo servidores das três esferas: municipais, estaduais e federais. O ato se deslocou para a Câmara Municipal e foi recebido pelos servidores públicos municipais com a

palavra de ordem de “Unificou, unificou, unificou, unificou o servidor”.

A greve dos servidores municipais de São Paulo demonstra que é possível resistir. A técnica de enfermagem Roseli Ilídio sintetizou bem: o Dia do Servidor Público deveria ser de comemoração e não de protestos em defesa dos direitos. E o presidente do Sindsep, Sérgio Antiquiera, disse: “Esse projeto quer fazer a gente trabalhar mais 5 e 7 anos. Isso é para arrancar o couro do servidor...Parabéns para nós, que independente das categorias, temos muito orgulho de garantir os serviços públicos para a população.” (site do Sindsep).

João B. Gomes

POSIÇÃO DA BANCADA DO PT INDIGNA SERVIDORES

Indignados com o voto do PT na 1ª votação do PL 652, servidores petistas lançaram uma carta à bancada, que de um dia para o outro colheu dezenas de adesões. Diz a carta: “Companheiros e Companheiras, somos petistas, profissionais da Educação, Saúde, Serviço Funerário, Assistência Social e demais servidores públicos. Dirigimo-nos à bancada do PT: consideramos um grande erro o voto em 1º turno, a favor do PL 652 que ataca o funcionalismo, em especial no direito às abonadas e férias. É um erro acreditar que há negociação possível neste momento político e histórico que vivemos”.

No dia 26 uma comissão de servidores entregou a carta à bancada do PT. Suplicy explicou que o PT votou a favor do PL 652 por conta de 14 emendas que beneficiariam os servidores. Disse ainda que tinha conhecimento da carta e da péssima repercussão do voto entre os servidores e que o PT iria votar contra o PL 652 em 2ª votação, caso permaneça o ataque às férias e às abonadas. Foi o que ocorreu.

TSE, unânime, absolve Bolsonaro e Mourão

Instituições mostram que estão “funcionando”, como sempre

No dia 28 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não surpreendeu ninguém ao recusar o pedido de cassação da chapa Bolsonaro/Mourão. A ação foi movida pelo PT em 2018 após matérias jornalísticas da Folha de São Paulo revelarem que empresários bolsonaristas gastaram milhões na compra de pacotes de disparos de mensagens em massa durante o período eleitoral.

No mesmo dia 28, o deputado estadual Fernando Francischini (PSL-PR), aliado de primeira hora de Bolsonaro, foi cassado, por 6 votos a 1, por propagação de mentiras contra as urnas eletrônicas no dia das eleições. Na ocasião ele fez uma live inventando que não era possível votar em Bolsonaro em algumas urnas.

Que Francischini cometeu crime ninguém duvida, mas é evidente que ele foi oferecido no altar do sacrifício para que tudo fique como está.

Enquanto o TSE cassava Francischini e absolvía a chapa Bolsonaro-Mourão, neste caso, de forma unânime, Alexandre Moraes deu mais uma daquelas declarações que parece, mas não é: “Nós podemos absolver aqui, por falta de provas, mas sabemos o que ocorreu. Sabemos o que vem ocorrendo e não vamos permitir que isso ocorra. Não podemos criar um precedente, olhar



tudo o que foi feito e passar o pano.”

Tudo de novo!

Ou seja, Alexandre Moraes sabe o que ocorreu (até as pedras sabem) e não vai permitir que isso ocorra... de novo. Moraes não pode criar um precedente... de novo. Finalmente, Moraes não pode olhar tudo que foi feito e passar pano... de novo.

Este é o mesmo sentido de outra declaração escandalosa do ministro, futuro presidente do TSE, “se houver repetição do que foi feito em 2018, o registro será cassado e as pessoas que assim o fizerem irão para a cadeia por atentado contra as eleições e contra a democracia no Brasil”.

Como se Bolsonaro não “atentasse”

contra as eleições e a “democracia” no Brasil quase todos os dias, aliás, com “denúncias” similares à do próprio Francischini, preparando seu capitólio tupiniquim.

Para parecerem leões em vez de gatinhos, a maioria dos juizes acompanhou o ministro Luís Felipe Salomão dizendo que dessa vez não deu, mas na próxima vai.

Isso porque serão estabelecidos critérios para julgamento destes casos que eles decidiram que não tinham como provar que ocorreram: serão analisados o teor das mensagens e se elas continham propaganda negativa ou informações efetivamente inverídicas. Assim, por exemplo, se alguém por acaso fizer disparos em massa

acusando seu adversário de querer a distribuição de um “kit gay” ou de “mamideira de piroca” em escolas e creches, da próxima vez pode ser que não possa.

A coisa toda tem ares de galhofa

A decisão tem o teor de mais uma daquelas já famosas notas de repúdio do judiciário diante dos inúmeros crimes cometidos por Bolsonaro. Que tem por objetivo ameaçar o presidente para controlá-lo, de modo que a burguesia possa levar o seu governo com relativa tranquilidade até o fim de 2022, enquanto o Congresso “passa a boiada”, a terceira via tenta se viabilizar e o povo se lasca.

Ao mesmo tempo, ela cria uma jurisprudência para ameaçar não só Bolsonaro contra seus crimes gritantes e evidentes (no futuro, claro), mas qualquer um que ouse, como diz Moraes, “atentar contra a democracia”, segundo critérios bastante subjetivos. Criticar este judiciário e este Congresso será atentar contra a democracia? Não custa nada desconfiar.

De todo modo, o judiciário se afunda ainda mais na lama da desmoralização em que está atolado, demonstrando a podridão das instituições.

Luã Cupolillo

CPI aprova relatório: e agora?

Indiciados não parecem preocupados, pois qualquer ação depende de Aras e Arthur Lira

A CPI da Covid-19 encerrou seus trabalhos com a aprovação, por 7 a 4, do relatório elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL). O texto sugere o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas, sob acusações de variados crimes que agravaram a pandemia e aumentaram o número de mortes. Entre os indiciados estão Bolsonaro, seus três filhos mais velhos e cinco ministros, além de senadores, deputados e militares.

Às vésperas da votação, Renan recuou da intenção de atribuir a Bolsonaro o crime de genocídio contra a população indígena. Fechou um acordo com demais integrantes da comissão, que retirou do texto final o adjetivo pelo qual Bolsonaro é, com razão, conhecido: genocida.

Há uma enumeração volumosa de práticas criminosas contra a saúde da população e indícios de corrupção. Esse é o seu principal mérito: um documento oficial que relata, pelo menos parcialmente, as aberrações produzidas pelo governo federal e seus aliados. O resultado prático

imediatamente, porém, é entravado pelas mesmas instituições que deram o golpe, levaram Bolsonaro ao governo e o mantêm lá.

Gargalhada

O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) respondeu com uma imitação da gargalhada do pai quando lhe perguntaram como Bolsonaro reagiria ao relatório da CPI. Não parece estar muito preocupado.

As conclusões do relatório, no que se refere aos principais indiciados, têm dois destinos principais no país: a Procuradoria Geral da República (PGR), comandada por Augusto Aras, e a Câmara dos Deputados.

Na PGR, a expectativa é de engavetamento das denúncias, embora a repercussão da CPI, que esteve nos holofotes por seis meses, obrigue a uma encenação. Durante a entrega formal do relatório a Aras, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), não escondeu isso, ao dizer: “O líder do governo na Câmara disse lá que em 30 dias o senhor vai

arquivar esse assunto. Não é qualquer um dizendo, é o líder do governo. Veja bem, doutor Aras. Isso seria muito grave”.

O “doutor Aras” abriu então uma investigação preliminar. Com isso, não pode ser acusado de não fazer nada. E, diferentemente do que os senadores disseram, ele não tem prazo para definir se abre um processo.

Integrantes da CPI passaram a dizer que, caso Aras arquive as denúncias, proporem uma ação privada subsidiária à pública para levar as acusações diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas ministros do STF, zelosos das instituições que protegem Bolsonaro, já deixaram claro que isso não é possível. Se Aras não quiser, nenhuma denúncia criminal contra o presidente seguirá adiante.

O presidente da Câmara, Arthur

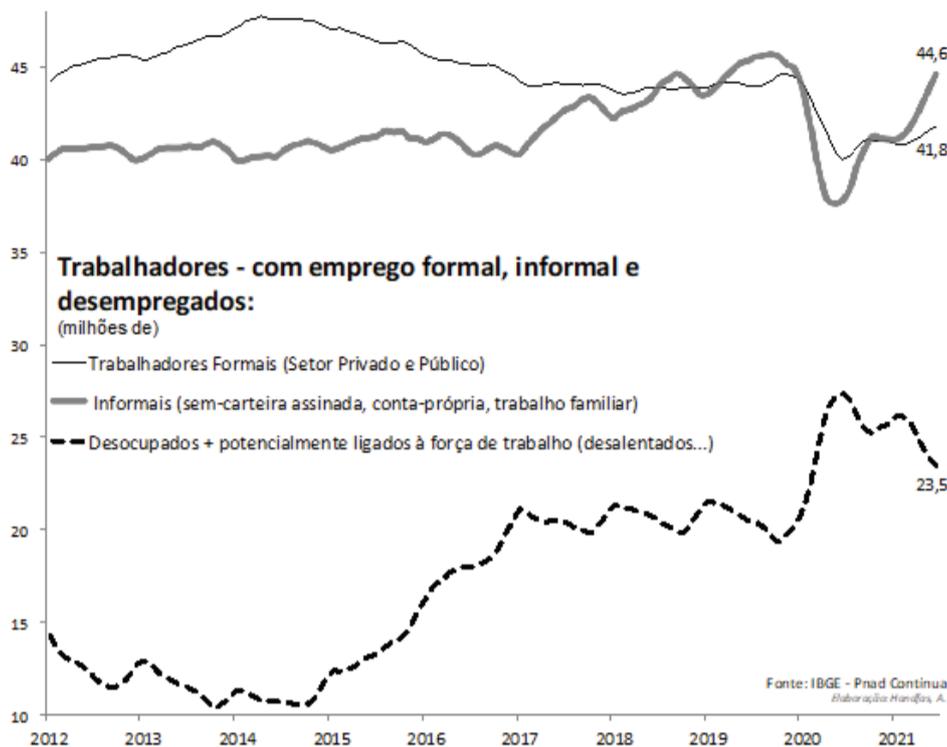


Lira (PP-AL), criticou o relatório por incluir seis deputados entre os indiciados e disse que a uma CPI “pode muito”, mas “não pode tudo”. Para ele, o que os deputados acusados fizeram foi exercer sua atividade e suas prerrogativas parlamentares. Traduzindo: não há nada a se investigar. Quanto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou a CPI até por ter cogitado indiciar um senador, Luis Carlos Heinze (PP-RS), cujo nome acabou nem entrando no relatório.

Cláudio Soares

Brasil do golpe mostra sua cara

Informalidade bate recorde e renda do trabalhador despenca



O Brasil já tem 52% de sua população empregada vivendo na informalidade: ganhando a vida sem carteira assinada, por conta própria, ou em algum tipo de "bico" - um recorde histórico (da pesquisa PNA-D-IBGE), atingido neste trimestre móvel encerrado em agosto de 2021. O alto índice de desemprego, os ataques à legislação trabalhista e a inflação têm também reduzido a renda real da família trabalhadora,

sobretudo as mais pobres.

De 2014 para cá (ver gráfico), mais de seis milhões de trabalhadores perderam emprego formal, novos 13 milhões tornaram-se desempregados (desocupados ou desalentados, aqueles que querem emprego, mas não procuraram na última semana) e outros cinco milhões caíram na informalidade. A pandemia obviamente piorou o quadro do mercado de trabalho em 2020, mas mesmo

com a suposta recuperação - tão festejada pelo governo e mídia - a situação segue gravíssima. Os poucos que rearranjaram trabalho só encontraram algo sem vínculo empregatício, proteção ou direitos trabalhistas, além de precário e muito mal remunerado.

Hoje, dos 110 milhões que compõem a força de trabalho brasileira, apenas 41,8 milhões mantêm emprego formal. Outros 44,6 milhões são informais e 23,5 milhões estão desempregados (dos quais 13,7 e 9,7 milhões estão respectivamente desocupados e desalentados/potencialmente ligados à força de trabalho).

Mesmo dentre os ocupados, já são 7,7 milhões (outro recorde histórico) os "subocupados" por insuficiência de horas, aqueles que trabalham menos do que poderiam/gostariam. Assim, o contingente de "subutilizados" - ou seja, a soma de desocupados, subocupados por insuficiência e desalentados/potenciais - são hoje quase 32 milhões.

A alta inflação corrói ainda mais a renda real da família trabalhadora. O Dieese aponta que sindicatos têm tido dificuldades em garantir recomposição das perdas inflacionárias: em agosto 2/3 das negociações salariais ficaram abaixo da inflação. Com isso,

o rendimento médio real dos trabalhadores (R\$ 2.489) recuou 10,2% em relação ao já fraco montante de 2020 - a maior queda da série histórica.

Alberto Handfas

ALTA DA TAXA DE JURO: BANCO CENTRAL É DOS ESPECULADORES

O Banco Central elevou a taxa Selic de 6,25% a 7,75% e já anunciou outra elevação de mesmo montante para o final do ano. Sendo a 6ª alta consecutiva, é o maior aperto monetário desde o governo FHC, há 20 anos.

Os banqueiros querem a elevação para lucrar com juros da dívida pública. Eles pressionam e o Bacen "independente" (do voto popular, mas dependente dos banqueiros) obedece. Exigiram a alta, alegando histórica e falsamente combate à inflação e ao déficit do governo. Mas a inflação é causada pelo dólar alto e pelos custos internacionais de insumos, não por qualquer pressão da demanda, que segue fraca. Assim, a Selic elevada não resolve inflação. Mas causará recessão e mais endividamento público.

Se já está ruim, vai piorar

Fim do Bolsa Família e advento do Auxílio Brasil, mais penúria para o povo

Com protestos tímidos da oposição, inclusive do PT, o Programa Bolsa Família fez em 29 de outubro seu último pagamento. Nesta data, o Governo Bolsonaro extinguiu o Programa e toda uma concepção de proteção social que transcendia o mero pagamento da bolsa em dinheiro.

O Bolsa Família, instituído no primeiro governo de Lula, era o programa central de uma rede que visava a unificar a proteção social às camadas mais vulneráveis da sociedade, jogadas à margem da produção e do consumo pelos efeitos da crise do sistema capitalista, mais drásticos em nações oprimidas pelo imperialismo, como o Brasil. Por isso mesmo, o Bolsa Família se baseava no Cadastro Único, que reunia o conjunto das famílias incluídas no seu perfil de renda, articulando o próprio benefício monetário com o atendimento previdenciário, a assistência à saúde, a requalificação e recolocação no mercado de trabalho e outros programas governamentais. A isto se

chamou de rede de proteção social.

A instituição do Bolsa Família foi peça central entre as medidas dos governos Lula e Dilma, que teve um papel na redução da pobreza extrema. Com efeito, tomando dados abrangentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), investigação do INSPER/Oppen Social mostra que, neste mesmo período, houve uma melhora na renda das camadas mais pobres, o que se explica também por conquistas operárias como o reajuste real do salário mínimo. Tal tendência, segundo o mesmo estudo, foi revertida a partir do golpe de 2016.

22 milhões ficarão de fora

O fim do Bolsa Família se dá a pretexto da instituição de um novo programa, o Auxílio Brasil anunciado por Bolsonaro já há meses. Este programa abandona a metodologia do Cadastro Único e, assim, desmonta a rede de proteção social. Por outro lado, o Auxílio Brasil reduz

o número de indivíduos beneficiários de 39 para apenas 17 milhões, excluindo 22 milhões de beneficiários. O aumento de famílias atendidas que Bolsonaro alega corresponde somente às 10 milhões que estão há meses na fila de espera do Bolsa Família, como todos os pré-requisitos para sua inclusão, sem serem admitidas no Programa. Ficam descobertos ainda os beneficiários do auxílio emergencial da pandemia, que terminou no dia 31 de outubro e ainda não se sabe se será prorrogado.

Contudo o pior é o fato de que nenhuma política de assistência substituirá de fato o Bolsa Família. O Auxílio Brasil traz a "novidade" de que não prevê políticas tributárias que compensem o gasto com assistência, uma norma obrigatória para programas sociais permanentes. A vigência do Auxílio Brasil se encerra em dezembro de 2022, logo após as eleições presidenciais.

O custo do programa, que não cabe no teto dos gastos, seria coberto pela

suspensão do pagamento de precatórios devido a estados e municípios, incluindo aí a dívida com os professores das redes oficiais de ensino, advinda de ações judiciais já vencidas pelos sindicatos.

A PEC do calote, depois de idas e vindas e muita negociata, em função da crise que corrói o governo, foi aprovada em 1º turno. Entretanto, tal crise não dói no bolso e nem no estômago dos que compõem o governo. Já a situação do povo está cada vez mais próxima da descrita num poema de 1947, "O Bicho", de Manuel Bandeira, citado em um artigo de Cristina Serra (FSP): "Vi ontem um bicho/ Na imundície do pátio/ Catando comida entre os detritos/ Quando achava alguma coisa/ Não examinava nem cheirava/ Engolia com voracidade/ O bicho não era um cão/ Não era um gato/ Não era um rato/ O bicho, meu Deus, era um homem".

Eudes Baima

COP26: consenso “em defesa do planeta”?

Cúpula do Clima mostra o cinismo dos governos a serviço do capital

A Cúpula do Clima, iniciada em 30 de outubro em Glasgow (Reino Unido) após a reunião do G20 de Roma, escancara a mistificação da “economia verde”.

A grande mídia dedica horas e muita tinta ao desequilíbrio climático e ao aquecimento global, que ameaçam o planeta. Em tom dramático, se aponta o dedo acusador à ação do “homem” que destrói o meio ambiente.

Os dados científicos mostram que a temperatura média aumentou 1 grau desde a Revolução Industrial há dois séculos e que se aumentar mais 1,5 graus corre-se o risco de catástrofes climáticas que levarão à fome, doença e conflitos.

Mas, em paralelo a esse “consenso científico”, há o “consenso político” das multinacionais que se choca com os dados da ciência da forma a mais cínica possível.

Joe Biden se apresenta como “campeão do clima” na COP26, mas os EUA, ao lado da Rússia, Noruega e

Reino Unido, segundo o “New York Times”, “aumentarão dramaticamente sua produção de petróleo, gás e carvão nas próximas décadas”.

A defesa da ciência não pode nos cegar diante do fato de que o imperialismo utiliza também cientistas em seu interesse. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) jamais dirá que é preciso estatizar certos setores econômicos, ou acabar com a exploração e as guerras, muito menos que o responsável é o capitalismo.

O que fazem o IPPC e a ONU é botar a culpa nas pessoas, que deveriam comer menos carne, pagar mais pela eletricidade e combustível, aceitar a perda de empregos “poluentes”, em nome da salvação do planeta.

O responsável é o capital

A evidência científica da crise climática deve levar à análise e à denúncia da mistificação que está em curso para buscar o apoio dos povos e o “consenso” das organizações dos

trabalhadores para as “necessárias e dolorosas” transformações que o capital prepara: desmantelar grande parte das indústrias, acabar com centenas de milhares de empregos com direitos, etc.

Ao mesmo tempo, cada vez mais organizações e partidos, incluindo os que dizem representar os trabalhadores, se declaram “ecologistas” ou “ecossocialistas”. A ecologia é uma ciência, mas a “ecologia política” é uma ideologia cuja atitude geral é culpar os seres humanos pela crise climática e danos ambientais.

Ora, não são os indivíduos os responsáveis por essa situação, mas aqueles que tomaram as decisões que levaram a ela, a minoria capitalista que se beneficia da propriedade privada dos meios de produção. O responsável é o capital e não o ser humano.

Há muitas fábricas que poluem e existem meios técnicos para resolver isso. Mas eles exigiriam gastos que o capital não tem interesse em

fazer, pois quer preservar seus lucros. Em concreto, não se pode aceitar nenhuma demissão com base numa suposta defesa do meio ambiente.

A luta em defesa do meio ambiente exige o combate contra o capital. Por isso, quando se ouve Biden, o FMI, a ONU defenderem a “transição energética”, não nos deixemos enganar. Eles utilizam essa questão com o objetivo de reorganizar a produção de ramos inteiros – como no caso do carro elétrico – com demissões em massa, para abrir novos mercados lucrativos para um sistema em crise.

Daí a intensa propaganda para criar um “consenso” que reúna governos, patrões, sindicatos, ONGs, políticos, por um “capitalismo verde”, “por uma redução socialmente aceitável do pessoal”, como diz Guy Rider da OIT. A este consenso há que se opor a independência das organizações da classe trabalhadora e a luta de classes.

Lauro Fagundes

Contra alta dos combustíveis, mobilização sacode o Equador

Está em cheque a política do presidente-banqueiro Lasso apenas seis meses depois de eleito

Capitaneado pelos indígenas da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) e pela FUT (Frente Unitária dos Trabalhadores), o Parlamento dos Povos do Equador, que reúne dezenas de organizações populares, iniciou, em 26 de outubro, uma forte mobilização exigindo a revogação dos decretos do governo Guillermo Lasso que, atendendo a exigência do FMI, acabam com subsídios aos combustíveis, provocando alta de 21% na gasolina e 27% no diesel.

Em 26 de outubro, a FUT realizou uma marcha na capital, Quito, enquanto a CONAIE montava bloqueios em estradas de todo o país, que permaneceram durante três dias.

Temendo a explosão social, o atual governo, eleito em abril, há apenas seis meses, suspendeu provisoriamente o aumento e convocou para o dia 11 de novembro uma reunião de “diálogo”. Até o fechamento desta edição a CONAIE ainda não havia decidido se aceita participar dessa reunião.

De certa maneira, repete-se o enredo de outubro de 2019, quando houve um levante popular contra medidas pró-FMI, dentre elas o aumento dos combustíveis. A

mobilização paralisou o Equador por 11 dias, foi duramente reprimida pelo então governo de Lênin Moreno e também terminou com a suspensão do aumento e uma negociação para que a mesma política de eliminação dos subsídios buscada pelo governo fosse passada, mas sob outra forma.

Privatizações, retirada de direitos, tentativas de cooptação

As intenções do governo são as mesmas de sempre: impor todos os sacrifícios aos povos e aos trabalhadores exigidos pela política do FMI. Para isso, combina repressão com uma falsa negociação que visa, tão somente, integrar as organizações populares no acompanhamento dessas medidas.

Aproveitando a presença de Lasso na COP26, em Glasgow, a imprensa equatoriana já começou a defender o “consenso para combater o aquecimento global”, o que justificaria a retirada dos subsídios aos combustíveis fósseis que, no entanto, são a fonte de energia de que pode dispor o povo para o atendimento de suas necessidades básicas.

Para dividir a luta, o governo oferece favores a parlamentares do partido Patchakutik, braço político da



Guayaquil, Equador, 26 de outubro, protesto contra alta dos combustíveis

CONAIE, ao lado da distribuição de cargos a setores do movimento.

Na mesma semana em que tudo isso acontece, e também para atender exigências do FMI, foram editados dois decretos que permitem a privatização do setor elétrico, que havia sido nacionalizado no período em que Rafael Correa era presidente.

De acordo com Vicente Olmedo, diretor do Sindicato Nacional da Empresa Pública CELEC (Corporação Elétrica do Equador), “os decretos 238 e 239 são inconstitucionais e os trabalhadores estão dispostos a construir a unidade para defender o setor elétrico”.

Em nota, o sindicato denuncia os decretos como “formas descaradas de

privatização que, além de serem contrárias à Constituição, são um atentado contra os direitos de todo o povo equatoriano e grave ameaça à economia pois possibilitará também a liberação das tarifas de consumo de energia elétrica a preços impagáveis para as grandes maiorias, como já vem acontecendo na Europa”.

A nota conclui assumindo a luta frontal em defesa do setor elétrico, contra a privatização e anuncia ações de mobilização e resistência que, uma vez ocorrendo, irão confluir para engrossar o movimento geral que se desenvolve contra as políticas de Guillermo Lasso.

Correspondente

Haiti: em meio ao caos, a luta de classes

Dirigente sindical fala sobre greve geral do final de outubro

Abaixo trechos da entrevista concedida por Dominique St-Eloi, coordenador da Central Nacional dos Operários Haitianos (CNOHA), aos companheiros de Guadalupe (colônia francesa no Caribe), no quadro do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI).

1 - Quais as reivindicações da greve geral no Haiti?

Dominique St Eloi: Há no país falta de combustível e insegurança, com os haitianos asfixiados pela situação que se degrada a cada dia. A organização que tomou a iniciativa de propor a greve geral foi a APCH, que faz parte da Confederação dos Transportes, contra a falta de combustíveis (gasolina, gás, diesel) vendidos no mercado informal a preços exorbitantes. Com a falta de combustível os preços do transporte coletivo e do gás de cozinha quadruplicaram, para uma população que sofre um desemprego de 80%. Os que trabalham ganham salário de miséria, congelado pelo governo em 500 gourdes (4 dólares) diários, enquanto um galão de gasolina é vendido a 2.000 gourdes. Tudo aumenta no país, salvo os salários, com uma taxa de



inflação de 24% (oficial) e os preços dos produtos de primeira necessidade triplicados.

O responsável por essa situação é o governo imposto e ilegal do PHTK (Partido Haitiano Tet Kalè), hoje encabeçado por Ariel Henry, nomeado pelo defunto Jovenel Moïse.

A insegurança se deve ao fato de que os casos de sequestros promovidos por bandos armados aumentaram 200% no último ano, segundo a ONU, que é cúmplice da federação

de gangues que controla o Haiti. A polícia é impotente diante das gangues. A maior delas, a G 9, é sócia do regime criminoso do PHTK, que por sua vez é escravo do imperialismo dos EUA, cujo governo lhe dá apoio.

Assim, a proposta de greve geral contra a alta dos combustíveis e a insegurança foi acolhida pela CNOHA, CTSP, CNEH (centrais sindicais), organizações camponesas e populares e, depois de uma paralisação no dia 18, foi realizada em 25, 26 e 27 de outubro. Nada funcionou, o país ficou completamente paralisado. As escolas, a administração pública, os bancos, transportes

e inclusive o setor informal, todo mundo ficou em casa. Ao mesmo tempo, a guerra de gangues rivais prossegue, a serviço de empresários e políticos do PHTK.

2 - E agora, qual a continuidade?

DSE: As organizações de resistência, como o Moleghaf, centrais sindicais, Konbit e outras, anunciaram novas mobilizações. Não podemos deixar que o regime criminoso do PHTK continue, por isso defendemos o fim desse governo e uma transição

com eleições livres e democráticas que deem a palavra ao povo haitiano, sem ingerência externa.

3 - A imprensa divulgou que a secretária do Acordo de Montana encontrou-se com Ariel Henry em 26 de outubro, quando teria reafirmado a exigência de um governo de transição. A CNOHA faz parte desse Acordo, ao lado de outras organizações sindicais, populares e forças políticas. O que nos diz sobre isso?

DSE: A CNOHA exige a saída imediata de Ariel Henry. Sabíamos desse encontro, que Henry queria que fosse secreto, e exigimos que nada fosse negociado com ele. Ariel Henry deve deixar o poder imediatamente, pois é seu governo que bloqueia uma saída haitiana para a crise, sem qualquer interferência estrangeira, em particular dos EUA. O Acordo de Montana inclui atender as reivindicações dos trabalhadores e das pessoas dos bairros populares, que é a condição para uma solução aos problemas do país. O regime do PHTK deve retirar-se e com ele o Core Group, que tem a participação das embaixadas dos EUA, Canadá, França, Espanha, Brasil, além da ONU, OEA e União Europeia, para que um governo de transição promova eleições livres e democráticas no Haiti. É o que propõe o Acordo de Montana e o que o povo espera dele.

Porto Príncipe, 29 de outubro de 2021

Na Espanha, mobilizações em defesa dos direitos

Milhares nas ruas e Congresso do PSOE passa ao largo da realidade do povo

Em 16 de outubro, numa manifestação nacional, dezenas de milhares de aposentados, com grupos de trabalhadores e jovens, manifestaram-se em Madrid em defesa do sistema de previdência pública, baseado no princípio da repartição (solidário).

O atual governo de Pedro Sánchez (PSOE) com Podemos aprovou uma nova reforma, que será votada pelos deputados, a qual confirma, entre outras coisas, a extensão da idade de aposentadoria para 67 anos.

O governo anuncia também uma segunda fase da reforma, em particular para alterar o artigo 109 da lei geral da seguridade social, que obriga o Estado a reforçar os fundos em caso de déficit.

A mobilização dos aposentados foi um chamado direto a toda a classe trabalhadora e suas organizações para lutarem em conjunto em defesa do sistema público.

No dia em que esta manifestação ocorreu era realizado o 40º Congresso do PSOE. Abaixo a opinião de um militante do PSOE, publicada no jornal Información Obrera.

“Um espetáculo midiático”

De 15 a 17 de outubro realizou-se em Valência o 40º Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Foi um congresso muito aberto, com mesas de discussão fora do evento, com palestrantes importantes e com mais convidados que delegados. Por outro lado, como assinala um artigo publicado, dia 16, na Cadena Ser: “os temas em debate são muito interessantes, mas não há, em nenhum, a análise do futuro do trabalho no marco da dupla transformação verde digital”.

Delegados ao congresso, por exemplo, a delegação Esquerda Socialista PSOE, denunciaram que o balanço da direção foi resolvido em uma

hora, sem ser submetido a votação e sem possibilidade de intervenção para que pudesse ser feita alguma crítica à gestão de quatro anos (2017-2021). Período em que se realizaram duas eleições gerais e uma regional, como a de Madri onde o PSOE recebeu um duro golpe. E que as conclusões das mesas de discussão não foram votadas.

Se a isso acrescentamos que não há nenhum documento que reflita o compromisso do Secretário Geral recém eleito, no discurso do encerramento de revogação das reformas trabalhistas e da Lei da Mordaza, parece que estamos mais diante de uma feira comercial política do que de um congresso democrático.

Em paralelo ao Congresso do PSOE, no sábado, dia 16, nas ruas de Madri uma manifestação, com não menos que 25 mil pessoas, exigia uma auditoria das contas da Seguridade Social e em defesa do Sistema

Público de Pensões.

No domingo, 17, durante o encerramento do congresso milhares de pessoas se manifestavam em Viveiro contra a desindustrialização e em defesa dos empregos.

A sensação produzida por este contraste de dois mundos paralelos, o do povo protestando por suas reivindicações e o desperdício de meios, em uma liturgia que legitima o controle do partido, é expressão do distanciamento que vem sendo produzido há muito tempo, entre as bases e a direção, um distanciamento que só cresce.

Sou militante do PSOE e não tenho intenção de abandoná-lo. Dizer o que vejo é, em minha opinião, um exercício de honestidade e lealdade com meu partido. Como no conto “As roupas novas do imperador”, o correto é advertir publicamente que “sua majestade está nua”.

Roberto Tornamira Sánchez

